

RELATÓRIO DE SÍNTESE DAS SESSÕES DE COCRIAÇÃO DE FUTUROS COMPROMISSOS

SUBFASE DE COCRIAÇÃO – JAN-MAR 2021
II PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO ABERTA

DATA: março.2021





Índice

Sumário	3
O Programa	4
Objetivos gerais	4
Programa de Sessões para a Cocriação de Futuros Compromissos	4
Caracterização dos participantes	6
Participantes inscritos	6
Resultados das sessões	7
Síntese dos resultados	7
Workshop #1 Serviços Públicos universais, acessíveis e inclusivos	7
Informações sobre a sessão	7
Principais destaques e aprendizagens	8
Medidas de programas políticos relacionadas	8
Possíveis propostas de compromissos	9
Resumo dos resultados Workshop #1:	9
Workshop #2 Promoção da resiliência e sustentabilidade de empreendedores/as e empresas	9
Informações sobre a sessão	9
Principais destaques e aprendizagens	10
Medidas de programas políticos relacionadas	10
Possíveis propostas de compromissos	11
Resumo dos resultados Workshop #2	12
Workshop #3 Transparência, boa gestão dos fundos públicos e combate à corrupção	14
Informações sobre a sessão	14
Principais destaques e aprendizagens	14
Medidas de programas políticos relacionadas	15
Possíveis propostas de compromissos	15
Resumo dos resultados Workshop #3	16
Workshop #4 Dados abertos e acesso à informação	19
Informações sobre a sessão	19
Principais destaques e aprendizagens	19
Medidas de programas políticos relacionadas	19
Possíveis propostas de compromissos	20
Resumo dos resultados workshop #4	21
Próximos passos	24
Atividades	24





Sumário

No seguimento do programa para a Cocriação e Desenvolvimento do II Plano de Ação Nacional de Administração Aberta (Plano de Ação/PANAA), a Rede Nacional de Administração Aberta (Rede/RNAA) pôs em marcha o «**Programa de Sessões para a Cocriação de Futuros Compromissos**», que realizou de 3 a 11 de março de 2021.

Desdobrado em 4 sessões ou workshops temáticos, este programa visou a validar e o desenvolver propostas de ideias para potenciais compromissos a inscrever no II PANAA. Pretendeu-se mobilizar cidadãos, Organizações da Sociedade Civil, empresas e potenciais parceiros executantes, desafiando-os a propor iniciativas que poderão ser executadas no âmbito da implementação do II PANAA. Contando com o apoio de produção e logística da Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (**APSDI**), cada um dos workshops foi subdividido em **4 subtemas, num total de 16 salas**, dinamizadas por diferentes membros da Rede, no caso a Agência para a Modernização Administrativa (**AMA**), a Associação Nacional de Jovens Empresários (**ANJE**), a Plataforma de Associações da Sociedade Civil - Casa da Cidadania (**PASC**) e a Transparência e Integridade | Transparency International Portugal (**TI-PT**).

Este documento visa apresentar uma síntese dos resultados dessas sessões, de forma a informar os próximos passos na compilação do Plano de Ação, nomeadamente, a produção de propostas de futuros compromissos a incluir neste II PANAA.

Administração Aberta
Cocriação de propostas para o futuro Plano de Ação Nacional
| DE 3 A 11 DE MARÇO

PROGRAMA DE WORKSHOPS DE COCRIAÇÃO
[16:00-18:00]

- 3.MAR** Serviços Públicos universais, acessíveis e inclusivos
SESSÃO #1
- 4.MAR** Promoção da resiliência e sustentabilidade de empreendedores/as e empresas
SESSÃO #2
- 10.MAR** Transparência, boa gestão dos fundos públicos e combate à corrupção
SESSÃO #3
- 11.MAR** Dados abertos e acesso à informação
SESSÃO #4

Inscrições:
OGP.EPORTUGAL.GOV.PT

Programa organizado em parceria com:

ama | AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

anje

APSDI

PASC
CASA DA CIDADANIA

TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE
Transparency International Portugal

Open Government Partnership Portugal





O Programa

Objetivos gerais

O objetivo identificar, de forma colaborativa e participada, os principais desafios que os cidadãos e Organizações da Sociedade Civil enfrentam na sua relação com o Estado e/ou na sua experiência com os serviços públicos, assim como potenciais oportunidades para aplicar os princípios e valores da Administração Aberta na resolução dos problemas identificados. **Os objetivos gerais para este programa foram:**

- Mobilizar stakeholders-chave;
- Identificar os principais desafios na sua relação com o Estado e/ou com os serviços públicos;
- Sinalizar potenciais oportunidades para aplicar os princípios e valores da Administração Aberta na resolução dos problemas identificados.

Programa de Sessões para a Cocriação de Futuros Compromissos

Workshop #1 | Serviços Públicos universais, acessíveis e inclusivos | 3 de março / 16:00-18:00

- Dinamizado por: **PASC** com apoio APSDI + Rede
- Subtemas/salas:
 - Eventos Sociais
 - Eventos Escolares
 - Eventos Económicos
 - Documentos e Licenças

Workshop #2 | Promoção da resiliência e sustentabilidade de empreendedores/as e empresas | 4 de março / 16:00-18:00

- Dinamizado por: **ANJE** com apoio APSDI + Rede
- Subtemas/salas:
 - Capacitação das Empresas para a Transformação Digital
 - Diálogo Estruturado entre o Estado e o tecido empresarial
 - Novas formas de trabalho. O papel dos empresários e dos colaboradores.
 - Inovação e transição digital como fator de resiliência

Workshop #3 | Transparência, boa gestão dos fundos públicos e combate à corrupção | 10 de março / 15:00-17:00

- Dinamizado por: **TI-PT** com apoio APSDI + Rede
- Subtemas/salas:
 - Transparência e formulação de Políticas Públicas
 - Boa gestão dos fundos públicos: porquê, para quê e como?
 - Conhecer os beneficiários últimos de empresas, fundos, propriedades e rendimentos: porquê, para quê e como?
 - Literacia cidadã e proteção de denunciantes

Workshop #4 | Dados abertos e acesso à informação | 3 de março / 16:00-18:00

- Dinamizado por: **AMA** com apoio APSDI + Rede
- Subtemas/salas:
 - Medição de impacto económico, social e das políticas públicas da abertura de dados;
 - O que é uma «*data story*» e como podem gerar benefícios?



- o Literacia e ações pedagógicas para os Dados Abertos
- o Como potenciar o uso de tecnologias emergentes e em tempo-real num contexto de Dados Abertos?

Destinatários: Cidadãos + Organizações da Sociedade Civil + Entidades Públicas + Empresas

Abordagem/Formato das sessões:

- PARTE 1 - **Plenário para receção e apresentação dos objetivos** - 30min.
- PARTE 2 - **Trabalho em grupo** - um facilitador/annotador por grupo (1 grupo por subtema) - 60min.
- PARTE 3 - **Plenário para apresentação e discussão das conclusões** - 30min.



Caracterização dos participantes

Participantes inscritos

Para este programa de cocriação pretendeu-se mobilizar cidadãos, Organizações da Sociedade Civil, empresas e potenciais parceiros executantes, desafiando-os a propor iniciativas que poderão ser executadas no âmbito da implementação do II PANAA através de compromisso específico entre o Estado e a Sociedade Civil.

Através de campanhas de divulgação nas redes de contactos orgânicas dos membros da Rede e de divulgação nas redes sociais conseguiu-se alcançar um número de participantes significativo, que comparadas com outras atividades organizadas pela Rede, foi o maior de sempre, havendo **350 participantes inscritos**, entre os quais **63%** declararam participar na condição de membros da **Sociedade Civil** e **27%** da **Administração Pública**. Apenas **29%** afirmaram pertencer a alguma associação, no entanto **54%** assumiram pertencer a organismos públicos e **75%** pertencentes a empresas, sendo que estas respostas não foram dadas de forma mutuamente exclusiva.

Relativamente às preferências demonstrada pelas diferentes sessões e temas, **houve uma distribuição bastante uniforme pelas 4 sessões** (ver imagem 1). O workshop #2 “Promoção da resiliência e sustentabilidade de empreendedores/as e empresas” foi o que registou menor número participantes registados, com 216 pessoas, mas com pouca diferença para a sessão mais procurada, que obteve 238 participantes registados e foi o workshop #4 “Dados abertos e acesso à informação”.

Em que sessão ou sessões pretende participar

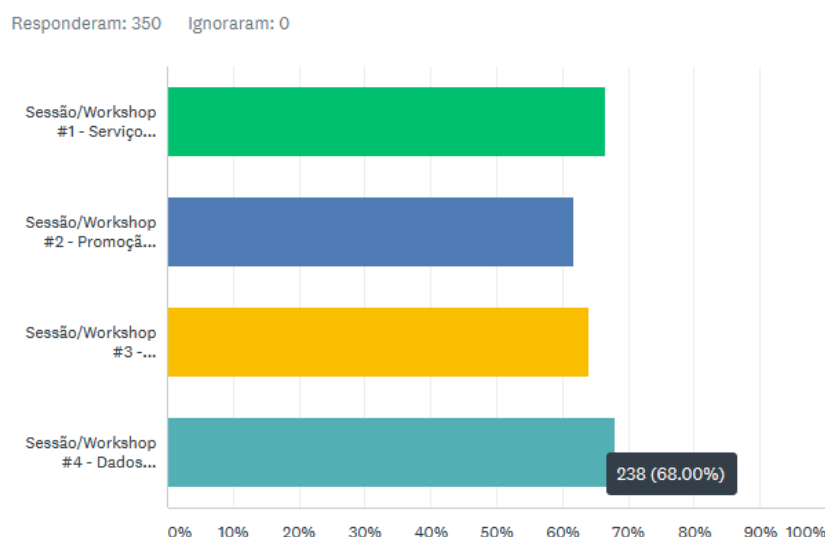


Imagem 1 – Distribuição de participantes pelas sessões

Outro dado interessante de assinalar, foi que **91% dos participantes** afirmaram que **gostariam de receber informações e/ou colaborar em futuras iniciativas no âmbito da Administração Aberta**, em Portugal, dando autorização que os seus dados adicionados à [Lista de Distribuição](#) da OGP Portugal.

As 4 sessões/workshops contaram com um **número agregado de 266 participantes**.





Resultados das sessões

Síntese dos resultados

Contaram-se 266 participantes (número total agregado), distribuídos pelas 4 sessões e as 16 salas, que contribuíram com uma soma bastante significativa e diversa de ideias e sugestões, com potencial para informarem propostas de compromissos a inscrever no futuro Plano de Ação Nacional de Administração Aberta (PANAA). Considerando os programas políticos já previamente analisados (ver [Relatório da Subfase de Descoberta](#)), nomeadamente o [Programa Simplex](#) (SIMPLEX), o [Plano de Ação para a Transição Digital](#) (PATD), a [Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração](#) (EIMEA) e a [Estratégia Nacional de Combate À Corrupção](#) (ENCC), destacam-se os seguintes contributos:

1. Aumentar rede de **Espaços Cidadão**
2. Criar um **Centro de Contacto Inclusivo**
3. **Guia sobre direitos dos cidadãos e cidadãs** no acesso aos serviços públicos
4. Criar um **Portal Único da Educação**
5. **Campanha de divulgação sobre os 25 serviços mais procurados** pelos cidadãos e empresas, que já se encontrem desmaterializados, simplificados e com acesso digital aos mesmos
6. **Reforçar e divulgar o serviço Dados.Gov**
7. Criar um **portal visualizador do Cadastro Predial**
8. **Expandir, melhorar e simplificar a carteira de serviços às empresas**
9. **Realizar inquéritos de satisfação aos serviços públicos** mais procurados [pelos cidadãos] pelas **empresas**
10. Criar um **mapa de oferta de comércio e serviços**
11. Desenvolver e disponibilizar **guias e modelos comuns (frameworks)** para **desenho e desenvolvimento de serviços digitais**
12. Divulgar e **promover o uso da plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública**
13. Criar um **Portal da Transparência**
14. Melhorar o **Portal Consulta.Lex**
15. Criar um **Portal Único do Cidadão / Portal Único de Serviços Digitais**¹
16. **Manual Do-It-Yourself** para organizações públicas identificarem **dados abertos** e alimentarem [Dados.Gov](#)²
17. Organização de «*datathons*» entre cidadãos, organismos públicos, empresas e sociedade civil
18. Criar standards com vista a normalizar e harmonizar estruturas de dados

Workshop #1 | Serviços Públicos universais, acessíveis e inclusivos

Informações sobre a sessão

- Participantes efetivos: 92 participantes
- Dinamizado por: **PASC** com apoio de **APSI** e da Rede
- Público-alvo específico: migrantes e refugiados; minorias étnicas; minorias LGBT; cidadãos em situação de pobreza, envelhecimento, portadores de deficiência e/ou exclusão / fratura digital

¹ Sugestão não está incluída em nenhum dos programas políticos mencionados acima, mas dada a sua relevância e debate amplo durante as sessões foram incluídas na lista acima.

² Idem



- Subtemas/salas:
 - SALA 1 - Eventos Sociais
 - SALA 2 - Eventos Escolares
 - SALA 3 - Eventos Económicos
 - SALA 4 - Documentos e Licenças
- Dados em bruto: [Documento](#) (formato .xls) com dados em bruto desta sessão

Principais destaques e aprendizagens

1. Criação de um **Centro de Contacto Inclusivo**, multicanal e multilíngue para serviços públicos (ex: Tribunais e Centros de Saúde);
2. Desenvolvimento de **conteúdos informativos sobre direitos de todos os cidadãos** (sobre várias áreas - justiça; saúde; educação; habitação, etc). Estes **conteúdos devem ser acessíveis** através de meios digitais; físicos (Ex.: folhetos e brochuras) e telefónicos, tendo em conta as possíveis necessidades dos cidadãos em termos de comunicação (idioma; deficiência)
3. Criar um **Serviço Nacional de Habitação**;
4. Criar um **Portal Único da Educação** (multilíngue) para agilizar e padronizar os processos de equivalências de certificados de habilitações e tornar o acesso a conteúdos escolar universal (multilíngue) e inclusivo;
5. Criação de um **Balcão Único para Migrantes** e espaços internet multilíngues;
6. Ter **processos desenhados orientados a eventos de vida**, questões das pessoas ou empresas.
7. Criar um **Portal Único do Cidadão / Portal Único de Serviços Digitais** centrados nas necessidades dos cidadãos;
8. Criar um **portal visualizador do Cadastro Predial**
9. **Aumentar rede de Espaços Cidadão**

Medidas de programas políticos relacionadas

- Medidas **SIMPLEX 2020-21** relacionadas:
 - Medida #69 - ePortugal mais acessível
 - Medida #19 - Centro de contacto inclusivo
 - Medida #96 - Simplificação dos processos de matrículas
 - Medida #97 - Inscrição eletrónica em provas e exames
 - Medida #98 - Gestão Integrada da Ação Social Escolar
 - Medida #102 - Sistema de Comunicação Institucional das Escolas (SCIE)
 - Medida #103 - Portal da Educação: acesso @edu
- Medidas **EIMEAP 20-23** relacionadas:
 - M 11.2. Tornar mais inclusivos os espaços (físicos e virtuais) de atendimento, criando condições de atendimento personalizado para cidadãos seniores, alargando o serviço de tradução telefónico e disponibilizando serviços que garantam o acesso a pessoas com deficiência ou incapacidade
 - M 11.4. Abrir novas lojas de cidadão e espaços cidadão, bem como desenvolver soluções itinerantes em proximidade (multisserviços), mantendo e reforçando a parceria com as autarquias locais, e apostar no modelo de serviços públicos móveis em territórios de baixa densidade, com a participação das autarquias e comunidades intermunicipais
 - M 11.5. Robustecer o portefólio de serviços disponibilizados nas Lojas e Espaços Cidadão, em função das necessidades diferenciadas das populações.



Possíveis propostas de compromissos

- Aumentar rede de Espaços Cidadão
- Criar um Centro de Contacto Inclusivo
- Guia sobre direitos dos cidadãos e cidadãs no acesso aos serviços públicos
- Criar um Portal Único da Educação
- Campanha de divulgação sobre os 25 serviços mais procurados pelos cidadãos e empresas, que já se encontrem desmaterializados, simplificados e com acesso digital aos mesmos

Resumo dos resultados Workshop #1:

Sala	Descrição sumária do problema/desafio identificado	Descrição das potenciais oportunidades/soluções
SALA 1 - Eventos Sociais	Complexidade, falta de transparência nas relações com a AP; Desigualdade no acesso à informação sobre Direito (apoios), especialmente nas áreas da Habitação e da Justiça, para as pessoas mais envelhecidas.	<i>Call centers</i> multicanal inclusivos e multilingue nos Tribunais e Centros de Saúde; Formação fiscal e jurídicos com apoio das autarquias e de jovens universitários: criar um Serviço Nacional de Habitação.
SALA 2 - Eventos Escolares	Dificuldade na obtenção de equivalências de diplomas de cursos realizados no estrangeiro; Exclusão digital e dificuldades de acesso à informação e conteúdos didáticos.	Agilizar e padronizar os processos de equivalências de certificados de habilitações (pelo menos no espaço Europeu); Acesso a conteúdos escolares (língua e metodologias pedagógicas) em diferentes línguas para apoiar comunidades emigrantes.
SALA 3 - Eventos Económicos	Complexidade e dificuldade no acesso à informação, serviços públicos e oportunidades para migrantes, sobre investimentos e fixação de empresas no mundo rural Envelhecimento e iliteracia digital	Criação de um Balcão Único para Migrantes e espaços internet multilingues com animadores; Criação do Cadastro multifuncional de todo o território; Permitir o acesso por parte de cidadãos com necessidades especiais
SALA 4 - Documentos e Licenças	Complexidade e falta de transparência nos processos, pedindo-se repetidamente os mesmos dados, Exclusão dos cidadãos mais vulneráveis.	Elaboração de formulários centrados nas necessidades dos cidadãos, com características multilingues, com pré-preenchimento e partilha de dados (<i>once only</i>), acompanhados de <i>workflows</i> transparentes sobre fases e cumprimento de prazos.

Workshop #2 | Promoção da resiliência e sustentabilidade de empreendedores/as e empresas

Informações sobre a sessão

- Participantes efetivos: 66 participantes
- Dinamizado por: **ANJE** com apoio de **APSI** e da Rede
- Público-alvo específico: empresários, empreendedores cidadãos, organizações da Sociedade Civil, entidades públicas



- Subtemas/salas:
 - SALA 1 - Capacitação das Empresas para a Transformação Digital
 - SALA 2 - Diálogo Estruturado entre o Estado e o tecido empresarial
 - SALA 3 - Novas formas de trabalho. O papel dos empresários e dos colaboradores.
 - SALA 4 - Inovação e transição digital como fator de resiliência
- Dados em bruto: [Documento](#) (formato .xls) com dados em bruto desta sessão

Principais destaques e aprendizagens

1. Dotar as empresas de Formação e meios para apoiar a transição digital;
2. **Agregar e centralizar os vários dados públicos** e fomentar por parte dos intervenientes o **uso de webservices e normas standard** para a partilha desses dados
3. Em 3 anos fazer o **Cadastro Predial Multifuncional Sustentável** começando pelo Centro / Ilhas, avançado para Norte e terminando no País Total.
4. **Melhorar o Espaço Empresa**: é preciso simplificar a linguagem, melhorar a navegação e usabilidade, avançar até pedidos de consulta mais completos, etc, criando um "**Espaço Empresa Online**", algo equiparado aos que temos hoje como lojas de cidadão/espço do cidadão, **que tenha uma componente digital de centralização da informação e física** (por exemplo, nas autarquias locais);
5. Realizar **inquéritos de satisfação aos serviços públicos mais procurados pelas empresas**, para identificar quais devem ser simplificados, digitalizados e tornados mais acessíveis.
6. Criar um **mapa de oferta de comércio e serviços**
7. Criação de uma **plataforma única, centralizada ou federada, de informação para o planeamento e aquisição de competências digitais** (Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica)
8. Orientar os **formulários eletrónicos para os problemas e eventos de vida das empresas**, integrando dados **pré-preenchidos de forma dinâmica** e contextual, criando um sistema de **workflow transversal** que integre todos os organismos públicos que contribuem para a **resolução end to end** de cada problema ou **evento de vida das empresas e dos cidadão**;
9. Desenvolver uma **plataforma interoperável entre os diversos sistemas do Estado**, que inclua mecanismos de Inteligência Artificial por forma a permitir a automatização de determinados processos;
10. Criação de uma **plataforma all-in-one para a Transição Digital**, com a disponibilização de **frameworks, guias orientadoras e pacotes** (em open source) para que as **empresas/empresários se possam apropriar e aplicar nas suas atividades**, suportando-os no processo de Transição Digital

Medidas de programas políticos relacionadas

- Medidas **SIMPLEX 2020-21** relacionadas:
 - Medida #58 -BUPi - Cadastro simplificado em Cadastro Predial - piloto
 - Medida #138 - Visualizador de cadastro predial
 - Medida #52 - Empresa online 2.0
 - Medida #2 - MyIAPMEI – Sistema integrado de atendimento empresarial
 - Medida #88 - Interoperabilidade entre Base.Gov e Portugal 2020
 - Medida #1 - Guia para a instalação e exploração de estabelecimentos de comércio
 - Medida #8 - Mapa CSR (comércio, serviços e restauração)
- Medidas **EIMEAP 20-23** relacionadas:
 - M 8.2. Definir princípios, normas, guias, arquiteturas de referência e tecnologias comuns apoiando a sua adoção transversal à Administração Pública através do Centro de Competências Digitais da Administração Pública (TicAPP)



- M 4.3. Melhorar os indicadores de qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas e implementar inquéritos de satisfação destes em relação aos serviços prestados
- M 10.1. Definir e desenvolver os mecanismos de governação de dados da Administração Pública e manutenção dos respetivos catálogos e sistemas de fonte primária, para partilha interna e com o exterior
- M 10.3. Reforçar o serviço Dados.Gov enquanto portal da transparência na Administração Pública e estimular o seu uso com mais oferta, dados ligados, dados em tempo real e publicitação de identificadores persistentes para dados referidos em documentos oficiais
- M 9.1. Promover e apoiar o uso da plataforma de interoperabilidade da Administração Pública para a integração de serviços e reutilização de dados, incluindo serviços de inteligência artificial, qualidade e análise de dados

Possíveis propostas de compromissos

- Reforçar e divulgar o serviço Dados.Gov
- Criar um portal visualizador do Cadastro Predial
- Expandir, melhorar e simplificar a carteira de serviços às empresas
- Realizar inquéritos de satisfação aos serviços públicos mais procurados pelas empresas
- Criar um mapa de oferta de comércio e serviços
- Desenvolver e disponibilizar guias e modelos comuns (frameworks) para desenho e desenvolvimento de serviços digitais
- Divulgar e promover o uso da plataforma de interoperabilidade da Administração Pública



Resumo dos resultados Workshop #2

Sala ³	Descrição sumária do problema/desafio identificado	Descrição das potenciais oportunidades/soluções
SALA 1 - Capacitação das Empresas para a Transformação Digital	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa capacidade financeira das empresas afeta a capacitação digital; - Baixa literacia digital da população afeta a capacidade de utilização de ferramentas digitais pelas empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a formação nas empresas e capacitar os alunos para a transição digital desde o primeiro ciclo. - Simplificar as plataformas e torna-las acessíveis. Democratizar o acesso à informação. - Envolver os colaboradores das empresas na solução / adoção de ferramentas digitais.
SALA 3 - Novas formas de trabalho. O papel dos empresários e dos colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de sinergias entre colegas; - Gestão Centralizada e Falta de Autonomia dos Trabalhadores; - Falta de meios para desenvolver o teletrabalho; - Novas formas de trabalho, implicam que as empresas tenham distintas formas de acesso aos seus clientes; - As novas formas de trabalho dificultam a comunicação com os serviços públicos; - A legislação e regulamentação atual podem dificultar os novos modelos de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Novas formas de gestão mais descentralizadas e ágeis, mais espaços de cowork partilhados por empresas, capacitação por parte do Estado para novas formas de gestão mais horizontais; - Criação de modelo híbrido com registo de presença tecnológica através de um sistema centralizado e encriptado. Agendamento regular de reuniões com a equipa e envolvimento dos colaboradores em formações de melhoria continua. Estabelecimento de prazos para apresentação dos projetos e avaliação de métricas do trabalho desenvolvido. - Levantamento exaustivo das necessidades dos colaboradores e providenciar os respectivos meios em falta; - Criação de uma plataforma apoiada e gerida pelo Estado, para que os produtos e serviços possam chegar ao mercado permitindo, também, um apoio aos business developers; - Reforço de recursos humanos e melhoramento dos canais de comunicação; - Agir ao nível de toda a cadeia de decisores políticos até ao cidadão comum.
SALA 4 - Inovação e transição digital como fator de resiliência	<ul style="list-style-type: none"> - Formação na área digital; - Os processos são criados pelo Estado e focados no Estado, em vez de serem focadas nos utilizadores dos processos; - Ausência de comunicação entre os serviços do Estado; - Iliteracia digital; - Desertificação do interior do país; - Falta de orientação prática no cumprimento de alguns requisitos decorrentes das alterações climáticas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de uma base de dados única para uso de todos os serviços do Estado. Desenvolver uma plataforma interoperável entre os diversos sistemas do estado. Esta plataforma poderá depois incluir mecanismos de Inteligência Artificial por forma a permitir a automatização de determinados processos; - Formação na área digital dirigida aos funcionários da administração pública e sociedade civil (cursos online gratuitos, com avaliação e certificação); - Fixação de empresas tecnológicas no interior; - Criar uma plataforma com orientações, exemplos práticos de ações a implementar, indicadores de controlo com possibilidade de serem monitorizados nessa plataforma, com outputs;

³ Por motivos de falha técnica não foi possível extrair resultados das contribuições dadas pelos participantes da “SALA 2 - Diálogo Estruturado entre o Estado e o tecido empresarial”



	<ul style="list-style-type: none"> - Dispersão de informação quanto a ferramentas e incentivos de apoio à inovação e transição digital. Falta de centralização e de aplicação do princípio "once-only" aos serviços públicos. - Níveis hierárquicos da Administração Pública; - Simplificação da máquina administrativa do Estado; - Processos que servem mais o Estado que as empresas que precisam de avançar com os seus processos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um all-in-one para a transição digital, com a disponibilização de frameworks, guias orientadoras e pacotes (em open source) para que as empresas/empresários se possam apropriar e aplicar nas suas empresas, suportando-os no processo de transição digital; - Reduzir os níveis hierárquicos a um máximo de três por serviço; - Simplificar a legislação e a máquina do Estado, que ainda se encontra com uma estrutura muito antiquada. Não é possível evoluir para a digitalização, sem inovação nas próprias estruturas e infraestruturas; - Reduzir, integrar e orientar os formulários eletrónicos para os problemas e eventos da vida das empresas e não para as necessidades de cada organismo, integrando dados pré-preenchidos de forma dinâmica e contextual.
--	--	---





Workshop #3 | Transparência, boa gestão dos fundos públicos e combate à corrupção

Informações sobre a sessão

- Participantes efetivos: 60 participantes
- Dinamizado por: **TI-PT** com apoio de **APSI** e da Rede
- Público-alvo específico: cidadãos, organizações da Sociedade Civil, entidades públicas.
- Subtemas/salas:
 - o SALA 1 - Transparência e formulação de Políticas Públicas
 - o SALA 2 - Boa gestão dos fundos públicos: porquê, para quê e como?
 - o SALA 3 - Conhecer os beneficiários últimos de empresas, fundos, propriedades e rendimentos: porquê, para quê e como?
 - o SALA 4 - Literacia cidadã e proteção de denunciantes
- Dados em bruto: [Documento](#) (formato .xls) com dados em bruto desta sessão

Principais destaques e aprendizagens

1. Aumentar a transparência do processo legislativo, nomeadamente no que se refere à participação de partes interessadas (lobby);
2. Facilitar o acesso dos cidadãos a informação substancial e pública, além de inteligível (em linguagem acessível), sobre formulação de políticas públicas e os resultados da sua implementação;
3. Modernização e melhoria da Plataforma Base.gov, exigindo-se que certos dados dos contratos sejam obrigatoriamente publicados, tornando mais transparentes os procedimentos de contratação pública;
4. Publicar obrigatoriamente todas as adjudicações, simplificar a tramitação procedimental e aumentar a transparência da propriedade empresarial;
5. Criar um portal da transparência, que permita prestar contas sobre a execução dos fundos comunitários e do orçamento de estado, assim como dos contratos públicos efectuados.
6. Criar mais mecanismos de monitorização cívica de aplicação dos fundos públicos, por exemplo, Assembleias de Cidadãos;
7. Facilitar e Explicitar os níveis de acesso ao Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), quer por parte de quem consulta, quer por parte de quem inscreve a informação, melhorando a experiência do utilizador, garantindo o respeito pela privacidade e a proteção de dados pessoais nos termos da legislação em vigor;
8. Desenvolver e promover a literacia cidadão através do sistema de ensino;
9. Disseminar bons exemplos de denúncias de impacto social, assegurando que as pessoas que denunciam corrupção e ilegalidades são protegidas e não sofrem discriminação ou retaliação.
10. Criação de um portal organizado por eventos de vida com acesso privado de pessoas e empresas, com especificação das fases dos processo
11. Colocar o dados.gov.pt no centro de todos os dados da AP, implementando políticas e regras claras sobre os prazos e formatos que todas as instituições da AP devem obedecer e criando campanhas de divulgação sobre a problemática dos dados abertos e sobre o portal Dados.Gov.
12. Melhoria do Portal BASE, com especificação das fases e responsáveis, nomeadamente na especificação do problema, na definição da solução e na decisão de aquisição do produto ou serviço Melhoria das ferramentas de pesquisa e respetivos filtros
13. Melhorar o Portal ConsultaLEX através da introdução de mecanismos consulta, cocriação e acompanhamento das propostas da sociedade civil e alargamento às iniciativas do Parlamento



14. Tornar os pareceres da [CADA](#) vinculativos e obrigatórios, prevendo sanções.
15. Criar uma verdadeira disciplina de cidadania nas escolas, com temas transversais à sociedade, onde os pilares constitucionais serão ministrados com vista a plena formação participativa dos cidadãos.

Medidas de programas políticos relacionadas

- Medidas **SIMPLEX 2020-21** relacionadas:
 - Medida #70 - Portal da Transparência
 - Medida #73 - Fatura eletrónica mais acessível
 - Medida #58 -BUPi - Cadastro simplificado em Cadastro Predial - piloto
 - Medida #30 - Ferramenta de agregação de necessidades para compras públicas
 - Medida #31 - Desmaterialização do plano nacional de compras públicas
 - Medida #32 - simplificação da solução do orçamento de estado
 - Medida #88 - interoperabilidade entre base.gov e portugal 2020
 - Medida #138 - Visualizador de cadastro predial
- Medidas **EIMEAP 20-23** relacionadas:
 - M 10.3. Reforçar o serviço Dados.Gov enquanto portal da transparência na Administração Pública e estimular o seu uso com mais oferta, dados ligados, dados em tempo real e publicitação de identificadores persistentes para dados referidos em documentos oficiais
- Medidas **ENCC 20-24** relacionadas:
 - Medida 3 - Comprometer o setor privado na prevenção, deteção e repressão da corrupção: Expandir a utilidade do registo central do beneficiário efetivo (RCBE), para que seja possível, de uma forma mais simples e eficiente, desconsiderar a personalidade jurídica e agir contra o beneficiário efetivo de determinada organização.
 - Medida 11 - Fornecer meios Humanos e Técnicos para a implementação da base de dados do RCBE;

Possíveis propostas de compromissos

- Reforçar e divulgar o serviço Dados.Gov
- Criar um Portal da Transparência
- Reforçar e divulgar o serviço Dados.Gov [REPETIDO]
- Melhorar o Portal Consulta.Lex
- Criar um Portal Único do Cidadão / Portal Único de Serviços Digitais
- Reforçar a literacia cidadã e temática do combate à corrupção no currículo da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento



Resumo dos resultados Workshop #3

Sala	Descrição sumária do problema/desafio identificado	Descrição das potenciais oportunidades/soluções
SALA 1 - Transparência e formulação de Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de informação sobre quem participa na formulação de políticas públicas. - Dificuldades de acesso à informação pública. - Falta de informação e/ou informação inteligível sobre processos regulatórios e de licenciamento. - Falta de transparência sobre a gestão de dinheiros públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - A criação de um “provedor da transparência” que dê seguimento às queixas do cidadão em cada entidade pública. - Realizar testes de usabilidade com cidadãos nas plataformas criadas pela administração pública antes de serem lançadas. - Criação de uma plataforma de utilização por parte de cada cidadão (site sobre eventos de vida), através da qual ele possa acompanhar em tempo real o seguimento dos processos que têm com a administração, sejam eles pedidos de licenças camarárias ou documentação pessoal. - Deve existir, na administração pública, um sistema que combine incentivos e sanções para que os funcionários cumpram as obrigações de transparência e prestação de contas. - Tornar os pareceres da CADA vinculativos.
SALA 2 - Boa gestão dos fundos públicos: porquê, para quê e como?	<ul style="list-style-type: none"> - Como fazer com que a Conta do Estado passe a ser apreciada (pela AR) em tempo real - que possibilite a sua crítica? - O sentimento de impunidade vigente por quem prevarica (mormente com responsabilidades públicas), agravado pela exposição mediática que por vezes a potencia e promove o desinteresse pelo exercício de cidadania de grande parte da sociedade; - Passar da preocupação de ter projetos bem executados para o paradigma de fazer os projetos certos e acompanhar os seus reais impactos falta de transparência sobre os direitos e deveres da cidadania assim como o papel do Estado junto da comunidade; - Ao nível da contratação pública, é preciso identificar buracos negros legislação (normas causadoras de problemas que suscitam demasiada litigância/ Incapacidade de controlos em tempo real / necessidade de identificação de listas e cadeias de fornecedores; - Transparência total do processo de contratação. Acompanhamento integral, online, pelo cidadão, pelos concorrentes, pelos candidatos, da evolução do 	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar o cadastro Predial publicamente - Inteligência artificial; - Auditoria e investigação sobre os fundos comunitários, exigir mais acesso aos gastos dos governos; - Modernização e melhoria da Plataforma Base.gov, exigindo-se aceder aos dados dos contratos obrigatoriamente; - Simplificação da tramitação procedimental, mas maior transparência e publicidade em todo o processo. Publicidade obrigatória dos valores de adjudicação anual a cada fornecedor, independentemente do tipo de procedimento; - Transparência da propriedade dos concorrentes.



	<p>processo. Com decisões e pareceres anexos, com legislação anexa, tanto ao nível local como nacional; - Termos acessos a todas as etapas do processo. Admito a necessidade de centralização de processos em entidades regionais, que apenas coordenem e garantam o cumprimento de regras.</p>	
<p>SALA 3 - Conhecer os beneficiários últimos de empresas, fundos, propriedades e rendimentos: porquê, para quê e como?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Branqueamento de Capitais e ocultação dos beneficiários últimos, sobretudo ao nível das offshores, que não permite - por um lado - seguir o rasto do dinheiro e por outro - das dívidas à Segurança Social e outros; - Falta de transparência na informação pública, os beneficiários têm de ser bem identificados e deve haver cruzamento de informação e dados entre os vários serviços públicos; - Fomentar o pedido de fatura; - Declarações de riqueza. - Falta de conhecimento sobre o RCBE - dificuldade no registo (diferença mobile vs pc) - desconhecimento da existência de apoios no registo; - Problemas para organizações sem fins lucrativos, nomeadamente organizações juvenis, que também terão de fazer este registo; - Alterações aos órgãos e consequente alteração dos beneficiários 	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar o acesso ao Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), quer por parte de quem consulta, quer por parte de quem inscreve a informação, melhorando a experiência do utilizador; - Explicitar os níveis de acesso ao RCBE e implementar modelos de acesso ajustados aos objetivos da criação do RCBE, garantindo o respeito pela privacidade e a proteção de dados pessoais nos termos da legislação em vigor; - Garantir que o acesso ao RCBE é público e reforçar a confiança dos cidadãos, por exemplo, permitindo o anonimato conforme a tipologia de consulta.
<p>SALA 4 - Literacia cidadã e proteção de denunciante</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar os cidadãos a participar em processos participativos (PDM, fundos comunitários, etc) a grande dificuldade dos cidadãos se informarem e em seguida intervirem nos assuntos públicos, discriminação por parte de colegas e de supervisores na denuncia da corrupção e da ilegalidade; - Literacia para: a participação cidadã; a sensibilização para a relevância da denúncia; a capacidade de efetuar denúncia informada e protegida; - Partilha dos dados numa plataforma simples e ensino para os mais leigos sobre como consultar esses dados; - A transparência nos procedimentos de recrutamento e contratação pública. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar uma verdadeira disciplina de cidadania nas escolas, com temas transversais à sociedade, onde os pilares constitucionais serão ministrados com vista a plena formação participativa dos cidadãos. Pois desta forma aumentam-se os conhecimentos sobre o que é admissível no plano legal e moral e o que se enquadra na formação da corrupção; - Formando-se cidadãos mais adversos à corrupção e atentos aos comportamentos divergentes. divulgar bons exemplos de denúncias e o impacto que tiveram; sobretudo denúncias de pessoas individuais que fizeram uma grande diferença, para que os cidadãos percebam que cada um faz diferença; - Desenho de procedimentos transparentes, claros, positivados;



	<p>Informação clara e simples para que todas as pessoas entendam e para possam formar a sua opinião;</p> <p>- Ineficiência dos serviços e procedimentos, potenciados em sentido bilateral, pela opacidade dos mesmos, conduzindo a um exponencial aumento dos riscos de gestão, incluindo os de corrupção, mas não só... afetando diretamente a procura agregada, o PIB, e por sua vez, o desenvolvimento do País.</p>	<p>- Políticas de Educação em torno do coletivo, cidadania. Aproximar o Estado (vários níveis) dos cidadãos.</p>
--	--	--



Workshop #4 | Dados abertos e acesso à informação

Informações sobre a sessão

- Participantes efetivos: 48 participantes
- Dinamizado por: **AMA** com apoio de **APSI** e da Rede
- Público-alvo específico: cidadãos, organizações da Sociedade Civil, entidades públicas.
- Subtemas/salas:
 - SALA 1 - Medição de impacto económico, social e das políticas públicas da abertura de dados;
 - SALA 2 - O que é uma «data story» e como podem gerar benefícios?
 - SALA 3 - Literacia e ações pedagógicas para os Dados Abertos
 - SALA 4 - Como potenciar o uso de tecnologias emergentes e em tempo-real num contexto de Dados Abertos?
- Dados em bruto: [Documento](#) (formato .xls) com dados em bruto desta sessão

Principais destaques e aprendizagens

1. Reforçar e divulgar o serviço Dados.Gov: incentivar à utilização do portal como o ponto único de entrada nesta matéria, evitando a dispersão dos dados por vários locais;
2. Desenvolvimento de iniciativas para divulgar conhecimento e literacia de dados, assim como a promoção da sua importância na participação cívica;
3. Entidades públicas devem disponibilizar dados abertos de qualidade, atualizados em tempo real e editáveis e incentivar ao seu escrutínio e reutilização;
4. Promoção da reutilização de dados abertos através de iniciativas que estimulem a criação de uma “Economia Circular de dados”;
5. Melhorar a forma como se comunicam e apresentam os dados abertos, havendo necessidade de ajustar o seu conteúdo a diferentes públicos e objetivos;
6. Manual *do-it-yourself* para organizações públicas identificarem dados abertos e alimentarem Dados.Gov
7. Divulgar no site case studies de sucesso do uso de dados abertos
8. Organizar momentos de encontro: «*datathons*» entre cidadãos e sociedade civil, comunidade de empreendedores e organizações públicas para definir pontos de interesse
9. Sensibilizar os organismos públicos para criarem e alimentarem datasets no Dados.Gov, de preferência de forma automática e em tempo real, sobre o desempenho das suas organizações
10. Campanha de divulgação do portal Dados.Gov e da importância da partilha de dados abertos, desenvolvendo um programa de divulgação e benchlearning
11. Criação de um portal organizado por eventos de vida (data stories dinâmicos) com acesso privado de pessoas e empresas. Exposição pública de estatísticas abertas de resolução de eventos de vida e dos casos de cumprimento e incumprimento por parte dos órgãos públicos
12. Promover a interoperabilidade dos dados

Medidas de programas políticos relacionadas

- Medidas **SIMPLEX 2020-21** relacionadas:
 - Medida #58 -BUPi - Cadastro simplificado em Cadastro Predial - piloto



- Medida #138 - Visualizador de cadastro predial
- Medida #88 - Interoperabilidade entre Base.Gov e Portugal 2020
- Medidas **EIMEAP 20-23** relacionadas:
 - M 10.1. Definir e desenvolver os mecanismos de governação de dados da Administração Pública e manutenção dos respetivos catálogos e sistemas de fonte primária, para partilha interna e com o exterior
 - M 10.3. Reforçar o serviço Dados.Gov enquanto portal da transparência na Administração Pública e estimular o seu uso com mais oferta, dados ligados, dados em tempo real e publicitação de identificadores persistentes para dados referidos em documentos oficiais

Possíveis propostas de compromissos

- Reforçar e divulgar o serviço Dados.Gov
- Criar um portal visualizador do Cadastro Predial
- Manual *do-it-yourself* para organizações públicas identificarem dados abertos e alimentarem Dados.Gov
- Organização de «*datathons*» entre cidadãos, organismos públicos, empresas e sociedade civil
- Criar standards com vista a normalizar e harmonizar estruturas de dados



Resumo dos resultados workshop #4

Sala	Descrição sumária do problema/desafio identificado	Descrição das potenciais oportunidades/soluções
SALA 1 - Medição de impacto económico, social e das políticas públicas da abertura de dados;	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar os benefícios dos dados; - Fraco Investimento Público/Privado; - Falta de visibilidade e necessidade de comunicação orientada aos interessados; - Dados relativos sentenças 1ª instância; - A Administração Pública não alimenta suficientemente o sistema de dados abertos; - Débil Literacia Digital; - Tema da divulgação e comunicação acerca dos dados abertos; - Literacia para os dados abertos; - Duplicação de dados/ Necessidade de organização de dados; - Falta de conhecimento sobre dados abertos; - Desconhecimento do portal Dados.Gov; - Iliteracia relativamente aos dados abertos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar no site case studies de sucesso do uso de dados abertos; - Articulação entre o Público e o Privado, por exemplo através da celebração de parcerias público-privadas, tendo em vista um melhor tratamento de dados, sendo que este tema poderá ser controverso, mas no fim quem fica a ganhar é a Sociedade em geral, não havendo a discussão entre quem ficará com maior lucro; - Disseminação pelas organizações públicas de um apelo: (i) identificar dados passíveis de serem abertos no imediato e a prazo; (ii) facilitar o carregamento de dados disponibilizando um manual do-it-yourself; - Organizar momentos de encontro: «<i>datathons</i>» entre cidadãos e sociedade civil, comunidade de empreendedores e organizações públicas para definir pontos de interesse; - Aparecimento de novas plataformas para o desenvolvimento e acesso a tecnologia; - Disponibilização de informação única a partir de um "site" único; - Sensibilizar os organismos públicos para criarem e alimentarem datasets no Dados.Gov, de preferência de forma automática e em tempo real, sobre o desempenho das suas organizações; - Implementação de formações destinadas à aprendizagem da temática dos dados abertos, que poderão e deverão ser complementadas por formações associadas à temática dos dados em geral, mais concretamente dados económicos ou sociais; - Fazer o Cadastro Predial com os dinheiros do PRR. - Usar os meios de comunicações mais abrangentes para fazer chegar essa informação. Mesmo nas camadas com menor literacia, essa informação chega. - Preparar conteúdos didáticos adaptados aos vários níveis de ensino. Poderia passar por desafios ou concursos divulgados no site dados.gov.pt; - Criação de BD organizadas por temas - Disponibilização, por parte da Adm. Pública, dos dados para, de seguida, se poder proceder a uma maior divulgação dos mesmos. Ou seja, proporcionar maior literacia sobre esta temática; - Campanha de divulgação do portal Dados.Gov e da importância da partilha de dados abertos; - Incrementar a divulgação e informação sobre este tema;
SALA 2 - O que é uma «data story» e como	<ul style="list-style-type: none"> - Multiplicidade de portais de acesso à informação e consequente duplicação dos locais de acesso a dados; 	<ul style="list-style-type: none"> - As diferentes entidades públicas devem promover a interoperabilidade e agregar a informação num único ponto evitando a duplicação da informação;



<p>podem gerar benefícios?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Otimização dos dados que a AP possui; - Falta de partilha de dados na administração pública; - Má comunicação dos dados e má visualização de informação com resultados na má comunicação prestada ao cidadão; - Falta de literacia na AP para a visualização de dados e para a criação de narrativas; - A não disponibilização de dados em bruto inviabiliza a interpretação; - A disponibilização de dados em formatos impróprios ou limitadores, tais como o pdf. 	<ul style="list-style-type: none"> - Olhar para os dados por eventos de vida e não por departamento/ instituição; - Fomentar a interoperabilidade de dados, desenhar processos transversais à administração pública, aplicar conceitos como o princípio de ‘once only’; - Criação de condições legais (estimular e orientar os organismos para a partilha de dados), organizacionais e tecnológicos; - Formação, modelos e livros de estilos para aumentar a literacia gráfica das organizações e das pessoas envolvidas no processo de produção; - Fomentar e afinar os currículos escolares, desde o início, aproveitando as novas tecnologias e aptidões das modernas gerações, para gerar ganhos futuros; - Criação de um portal único para aceder à informação onde os cidadãos podem pedir e a informação que depois é tornada pública, respeitando a proteção de dados, e caso não seja disponibilizado o acesso deverá ser justificada a razão; - Definir um modelo de pedido ou um formulário para que seja feito o pedido; - Definir formatos prioritários no acesso a dados; - Estipular um tempo de resposta; - Partilha de ficheiros em formatos acessíveis, tais como excel e cvs; - Melhoria do Portal BASE, com melhoria das ferramentas de pesquisa e respectivos filtros baseados nos problemas de quem faz as pesquisas e facilitando a transferência dos respectivos dados abertos baseados em data stories.
<p>SALA 3 - Literacia e ações pedagógicas para os Dados Abertos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura digital das entidades públicas e do cidadão sobre dados abertos; - Falta de Literacia e Falta de Formação; - Acesso a dados por entidades intermédias; - Literacia sobre Dados Abertos; - Dados desagregados sobre duração do desemprego jovem; - Falta de formação; - Que ferramentas para a anonimização de data sets dispomos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar investimentos públicos direcionados para formação e recursos tecnológicos nas entidades públicas para divulgação de dados de forma harmonizada e tratável com integração em portal integrador; - Formação ao Cidadão sobre dados abertos (o que existe, onde e como pode relacionar/tratar); - Apostar em mais formação dos recursos humanos, e desenvolvimento de plataformas, muito mais claras e simples de modo a que seja acessível ao conhecimento de formação de todo o cidadão; - Programa de divulgação e bench learning - perceber o que já se faz no mundo com dados abertos; - Implementação de programas internos de (AP) e externos sobre a importância dos dados abertos. Demonstrar com exemplos como os dados abertos podem ser facilitadores e retirar pressão dos serviços públicos. - Facilitar informação desagregada / individualizada sem violar a privacidade *i.e. sem indicar o nome e dados que permitam identificar as pessoas;



		<ul style="list-style-type: none"> - Mini UFCD de tudo e mais alguma coisa, relacionado com o tema, nos mais variados locais; - Kit fornecido pela Administração Central.
<p>SALA 4 - Como potenciar o uso de tecnologias emergentes e em tempo-real num contexto de Dados Abertos?</p>	<p>Dados Abertos e Saúde Pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> - De que forma o cidadão pode ser afetado por uma ineficiência de sistema numa rede de dados abertos? - Como são efetivamente criadas as data stories? - Uso indevido de data stories? <p>Qualidade, fiabilidade e formatos dos dados abertos publicados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como saber se são fiáveis e fidedignos? - Quem é a entidade verificadora? - Publicação em formatos fechados e não editáveis (ex.: PDF) limita a sua reutilização; - Ausência de metadados dos dados que são disponibilizados <ul style="list-style-type: none"> - Num contexto de dados abertos, é necessário assegurar a privacidade das pessoas quando se utilizam tecnologias emergentes, ou tecnologias mais convencionais utilizadas na recolha de dados (ex.: câmaras de vigilância, CCTV); - Realçar o perigo da manipulação de dados abertos e a proteção dos dados (dicotomia entre privacidade e abertura dos dados); - Falta de competências técnico para manipulação de dados afasta públicos mais abrangentes que desconhecem a existência das plataformas e apresenta baixos índices de literacia de dados. Dificuldade em cativar o interesse para temática dos dados abertos. <p>Perceção de haver poucos datasets disponíveis;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a harmonização, otimização e atualização de Dados Abertos sobre Saúde Pública. - Criação de data stories que evidenciem a natureza dos dados abertos e incentivem à sua (re)utilização - Normalizar e harmonizar estruturas de dados publicadas; - Fomentar o uso de dados de terceiros via API, em vez de copiar os dados e desta forma assegurar que os dados estão sempre atualizados (lógica de “cloud”); - Obrigatoriedade de publicação de dados em formatos normalizados e abertos (e editáveis) por parte de certas entidades públicas; - Fomentar a interoperabilidade de dados da Administração Pública; - Criar orientações para a publicação de dados em formatos normalizados, editáveis, com metadados claros e incentivar à aplicação destas orientações; - Assegurar um cuidado extremo num ciclo contínuo: segurança, verificação e, reverificação e segurança, e verificação e atualização e verificação; - Criar redes de dados abertos e usar dinâmicas de comunidade para a verificação e validação dos dados publicados; - Assegurar a proteção de pessoas idosas ou vulneráveis, de esquemas de fraude digital ou de engenharia social. - Incentivar a campanhas de comunicação e divulgação sobre a segurança dos dados abertos, comunicando-os como seguros e afastar a falsa dicotomia entre privacidade e abertura dos dados; - Criação de programas de formação e capacitação para a ciência dos dados e dados abertos; - Ações pedagógicas a vários níveis para vários tipos de públicos; - Incentivar as entidades públicas a disponibilizar os dados de utilidade pública e com potencial de “abertura” que produzem; - Aumentar a disponibilidade de dados abertos a nível nacional, uma vez que por vezes os dados se encontram dispersos e há dificuldade em encontrar a informação necessária, por esta ser heterógena - identificar o owner dos dados a publicar, de modo que apenas o owner seja responsável pela atualização e manutenção desses dados; - obrigatoriedade de publicação de dados em formatos normalizados e abertos (e editáveis); - Fomentar a interoperabilidade de dados da Administração Pública;



Próximos passos

Atividades

ABR: Publicar e recolher feedback online dos cidadãos sobre documento de síntese dos resultados dos workshops;

ABR: Definir com os membros da Rede o programa da Subfase de concepção,recrutar potenciais parceiros para as iniciativas e planejar reuniões de trabalho.

ABR: Desenvolver potenciais propostas de compromissos usando o modelo OGP, até dia 22 abril;

ABR: Coorganizar iniciativas para a Subfase de Concepção, a realizar-se durante a Open Gov Week 2021 (17-21 de maio)

MAI: Realizar sessões de concepção com cidadãos, especialistas e potenciais parceiros responsáveis pela implementação dos compromissos durante Open Gov Week

Data: Abril - Maio

